



SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: expressões na vida brasileira

Alba Maria Pinho de Carvalho¹
Antônio Victor de Mendonça Moreira²
Carlos Américo Leite Moreira³
Eliana Costa Guerra⁴
Leila Maria Passos de Souza Bezerra⁵
Natan do Santos Rodrigues Junior⁶

Resumo

O presente artigo consolida questões emergentes de investigações, desenvolvidas e em curso. Analisa processos da contemporaneidade capitalista, em distintas escalas, com destaque para os nexos orgânicos entre a financeirização, a plataformização e a precarização do trabalho. Discute configurações e tendências da mundialização do capital com dominância financeira, consubstanciadas na financeirização da economia. Demarca a plataformização, expondo conceitos, implicações no mundo do trabalho, a determinar uma precarização estrutural e disputas geopolíticas mundiais. Delineia aportes analíticos sobre o Brasil do Ajuste, em seus diferentes ciclos (1990-2024), buscando tecer as especificidades dessa contemporaneidade capitalista nas primeiras décadas do século XXI. Por conseguinte, a inquietação investigativa é responder às provocações da relação fundante Teoria/História.

Palavras-chave: Financeirização; plataformização; precarização do trabalho; estado integral; ajuste brasileiro.

CAPITAL SYSTEM IN THE FACE OF FINANCIALIZATION, PLATFORMIZATION AND PRECARIOUS WORK: expressions in Brazilian life

Abstract

This article consolidates emerging questions from ongoing and developed investigations. It analyzes contemporary capitalist processes, on different scales, with emphasis on the organic nexuses between financialization, platformization and the precariousness of work. It presents configurations and trends in the mondialisation of capital with financial dominance, embodied in the financialization of the economy. It demarcates platformization, delimiting concepts, implications in the world of work, determining structural precariousness, and global geopolitical disputes. It outlines analytical contributions about the Brazil of Adjustment, in its different cycles (1990-2024), seeking to configure the specificities of this capitalist contemporaneity, in the first decades of the 21st century. Therefore, the investigative concern is to respond to the provocations of the founding relationship Theory/History.

Keywords: Financialization; platformization; precarious work; integral state; brazilian adjustment.

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.44>

¹ Assistente social. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC – PPGS/UFC. E-mail: albapcarvalho@gmail.com.

² Arquiteto e urbanista pela UFC. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC – PPGS/UFC e doutorando em Sociologia pelo mesmo Programa. E-mail: antvictormend@gmail.com.

³ Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII. Professor Titular do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: americo@ufc.br.

⁴ Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris XIII. Professora do Departamento de Saúde Coletiva (DSC) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCol) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da UFC. E-mail: elianacostaguerra@gmail.com.

⁵ Doutora em Sociologia pela UFC. Professora do Curso de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: leila.passos@uece.br.

⁶ Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFC. Mestre em Sociologia pelo PPGS/UFC. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UECE. Professor da rede básica de ensino do Ceará. E-mail: natan.srj@alu.ufc.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo consolida produções e questões emergentes de investigações, já desenvolvidas e em curso, por seus autores e autoras. Desse modo, tem-se, como base fundante, dois pressupostos que se articulam e se imbricam nas reflexões e análises. Demarca-se, como primeiro pressuposto, que, desde o final do século XX, até meados da terceira década do século XXI, o Sistema do Capital vive profundas transformações, encontrando-se imerso em uma crise estrutural, de longo prazo, sem saída dentro dos termos do Sistema, a implicar mundialização do capital, agora, com dominância financeira, configurando novas formas de valorização do valor. O segundo pressuposto a assumir a dimensão de tese central consiste em que o capitalismo contemporâneo, respaldado na extrema tecnologização da vida e da própria produção, é determinado pela imbricação da financeirização e da plataformização, delineando uma verdadeira geopolítica das plataformas, com novas formas de gestão do processo de trabalho e aprofundamento da exploração e da expropriação da classe trabalhadora em todo o mundo.

Na contemporaneidade capitalista brasileira, são observadas grandes mudanças na economia, na política e na vida social, deflagradas, nas últimas quatro décadas, nos marcos dos processos estruturantes de democratização e ajuste ao capitalismo com dominância financeira, em escala mundial. Trata-se de uma inserção subordinada e dependente nos tempos históricos do Brasil do Ajuste, a expressar-se em redefinições do Estado Integral, nos termos gramscianos, envolvendo sociedade política e sociedade civil.

Nesse contexto, o Brasil vivencia ciclos de ajuste, marcados pelas inflexões do neoliberalismo, com graves repercussões no mundo do trabalho, aprofundando mecanismos de superexploração nos distintos momentos da sua inserção dependente ao capitalismo financeirizado. De fato, são novos e velhos processos de precarização da classe trabalhadora, sob a ofensiva do grande capital, em suas diferentes versões, na vida brasileira. Assim, no Brasil do Ajuste, o Estado vivencia redefinições, mobilizando, em diferentes níveis e formas, sujeitos na cena política, imersos em disputas pela hegemonia.

Em sua dinâmica expositiva, o presente texto estrutura-se em três segmentos, além da introdução e da conclusão. O primeiro segmento apresenta configurações e tendências dos processos de mundialização do capital com dominância financeira, consubstanciados na financeirização da economia. O segundo segmento trata da plataformização, expressa na geopolítica, em escala mundial, com posição de destaque para a liderança internacional dos Estados Unidos, em disputa com o ecossistema chinês de plataforma, na busca de enfrentar a crise de valorização do valor, via superexploração do trabalho, a configurar uma precarização estrutural. O terceiro segmento

compreende análises sobre a inserção brasileira no capitalismo financeirizado, a delinear ciclos de ajuste, com redefinições do Estado Integral.

Por fim, este texto propõe-se a lançar bases de discussão sobre três processos que precisam ser desvendados e articulados no Brasil contemporâneo: financeirização, plataformização e precarização do trabalho, destacando o papel do Estado em seus diferentes modos de intervenção.

2 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A DOMINÂNCIA FINANCEIRA: configurações e tendências

O fim do século XX é marcado por uma condensação de transformações históricas complexas que dizem respeito, para muitos autores (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1992; LAPAVITSAS, 2013; PAULANI, 2012), ao início de uma transição de regime de acumulação que o capitalismo, em escala mundial, passou a enfrentar. Em sua obra *A mundialização do capital*, François Chesnais (1996) propõe, como tese fundamental, que o capitalismo ingressa em um novo estágio de desenvolvimento, isto é, no regime de acumulação “com dominância financeira”, como uma possibilidade de superação do regime de acumulação precedente, compreendido na literatura como “fordismo”.

Isso ocorre mediante reconfigurações da própria “mundialização do capital”, qualificada enquanto “resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos” (CHESNAIS, 1996, p. 43). O primeiro consiste em uma “longa fase de acumulação ininterrupta do capital”, iniciada em 1914. O segundo movimento refere-se à aplicação de “[...] políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas” (CHESNAIS, 1996, p. 34), a partir da década de 1980, notadamente com os governos Thatcher e Reagan.

Tais políticas consumaram, pois, uma nova “racionalidade” (DARDOT, LAVAL, 2016), marcada pela dominância ideológica do neoliberalismo, a legitimar o domínio do capital financeiro e das grandes empresas multinacionais, para que pudessem “destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente” (CHESNAIS, 1996, p. 34, *grifos do autor*).

Após a Segunda Guerra Mundial, destaca-se o papel imperialista dos Estados Unidos da América (EUA), a ocupar um “lugar especial” na economia mundial, cujo exercício de dominação fundamenta-se no “papel mundial do dólar”; na “capacidade de aplicarem a política monetária que quiserem”; na possibilidade de compensar possíveis baixas do nível de investimento interno, “drenando para si todos os capitais requeridos para financiar seu déficit orçamentário”; bem como na sua “proeminência militar” (*ibid.*, p. 119).

Em coadunância com tais elementos, tem-se, ainda, o protagonismo da “esfera financeira” — espaço institucional de atuação do poder político das frações dominantes do capital financeiro; de circulação e realização do capital fictício e dos lucros especulativos; de tomada de decisão das políticas monetárias, fiscais e cambiais, em escala mundial —, que “representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade” (*ibid.*, p. 239).

O atual momento da mundialização do capital determina a hipertrofia da esfera financeira em relação à esfera produtiva — lócus efetivo de produção de valor e de mais-valor novos. Trata-se de outros desdobramentos do movimento do capital portador de juros, que transformam substancialmente os processos de financiamento da produção capitalista em geral. Ou seja, grandes massas de capital monetário, que buscam valorizar-se através do movimento do capital que porta juros (D-D’), duplicam-se, ou, mesmo, triplicam-se. Delineiam formas de capital fictício que circulam em mercados próprios, e, por isso, realizam movimentos aparentemente autonomizados da esfera produtiva, a ampliar as possibilidades de extração do mais-valor social total, por meio da “pura” especulação.

Nesse sentido, emergem, sobretudo no interior da dinâmica financeira institucional dos países imperialistas centrais, mercados especializados na realização dos lucros especulativos, vinculados às remunerações de títulos financeiros. Isso resulta, necessariamente, na criação e circulação de grandes massas de capital fictício, isto é, ações, opções, derivativos etc., que, à primeira vista, não possuem uma relação com os processos efetivos de produção de valor e mais-valor novos, mas que, na essência da reprodução do capital em geral, mantêm estreitos vínculos com a exploração da classe trabalhadora.

Na contemporaneidade capitalista, a acumulação com dominância financeira assume uma de suas facetas mais violentas, ao manifestar um momento-limite da crise estrutural do capital. Tal manifestação eclode com o colapso do sistema hipotecário-financeiro estadunidense, em que grande parte de títulos *subprime*, vinculados ao financiamento habitacional de segmentos da classe trabalhadora, foram capitalizados, ou seja, “securitizados”, mobilizados por bancos, fundos de pensão, *hedge funds*, *private equity* etc., a fim de extrair lucros especulativos na esfera financeira.

No momento em que tais títulos — constituídos como “garantias” futuras para apropriação da riqueza socialmente produzida — são brutalmente depreciados, em decorrência, sobretudo, da impossibilidade de os devedores-moradores honrarem com o pagamento de suas hipotecas, grandes bancos comerciais e fundos de investimento vão ao colapso, como, por exemplo, o *Lehman Brothers*. Tal cenário de destruição de grandes massas de capital fictício espalha-se pelas praças financeiras ao redor do mundo, de maneira desigual e em momentos históricos distintos, com graves repercussões para a esfera produtiva, até o presente.

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

De fato, o Sistema do Capital confronta-se com os seus próprios problemas, que não podem ser adiados por muito tempo, e não encontra mais soluções a longo e médio prazos dentro de si mesmos. É esse o contexto da crise estrutural do capital analisada por Mészáros (2011a, 2011b), e que apresenta graves sinais, a aprofundar-se, em 2008, após o colapso hipotecário-financeiro dos EUA.

Sob o imperialismo dos EUA, a mundialização e sua dominância financeira constituem-se como um desdobramento da crise de reprodução ampliada do capital, deflagrada nas últimas décadas do século XX. Chesnais (2010, 2016) indica que, após um período quase ininterrupto de expansão capitalista, o atual padrão de acumulação é determinado pela incapacidade do capital em geral de conseguir repor-se e ampliar-se a uma taxa média de lucro praticada em momentos anteriores, mais precisamente entre 1914 e 1973.

Desse modo, pode-se destacar os seguintes marcos da crise de reprodução ampliada do capital: (I) aprofundamento da hierarquização do sistema monetário internacional, no qual o dólar estadunidense assume centralidade; (II) reestruturação da organização e gestão das grandes empresas multinacionais, afetando as relações de trabalho, as quais apontam para uma elevação da taxa média de exploração das classes trabalhadoras em todo o mundo; (III) aplicação de novas tecnologias, vinculadas à automação e à eletrônica digital; (IV) liberalização e desregulamentação das contas de capitais, sobretudo dos países periféricos e dependentes, garantindo a extração parasitária de rendimentos especulativos de capitais de aplicação financeira advindos dos países imperialistas centrais; (V) dominância da ideologia e dos programas neoliberais, alterando as funções desempenhadas pelos Estados nos processos de acumulação, sob os marcos de pesados ajustes fiscais; (VI) agravamento das tensões militares, políticas e tecnológicas, no cenário de disputa entre EUA e China, a fim de ocupar a dominância dos processos de acumulação em escala mundial.

Além da hipertrofia financeira, há outra tendência mobilizada pelo capital para conter sua crise estrutural: o desenvolvimento científico-técnico. Tal tendência também proporciona condições para a ampliação da acumulação, desenhando caminhos e barreiras, muitas delas, intransponíveis, para que tal expansão ocorra ao longo das próximas décadas. Os ganhos de produtividade, advindos da inserção da automação e da eletrônica digital nos processos produtivos, determinam novas formas de processamento e circulação da informação, repercutindo na ampliação das taxas de exploração, aliada à liberação crescente dos trabalhadores dos processos de trabalho, isto é, ao desemprego estrutural.

Assim, tanto a financeirização quanto o desenvolvimento científico-técnico expressam duas formas privilegiadas de resposta do Sistema do Capital à sua crise estrutural, a configurar tendências de sua expansão na contemporaneidade. Dessas formas, emergem novas contradições, ou, nos termos de David Harvey (2016), “contradições perigosas”, que indicam sérios limites à própria

reprodução da vida humana e do meio ambiente. Trata-se de contradições que ameaçam o Sistema do Capital como um todo, bem como a Humanidade, quais sejam: o crescimento exponencial infinito; a relação do capital com a natureza; e a alienação universal, como revolta da natureza humana. Em suma, vivencia-se um momento histórico no qual o capitalismo cada vez menos consegue superar efetivamente as contradições que ele mesmo engendra, a circunscreverem dimensões estruturais de sua crise.

3 GEOPOLÍTICA DA PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO

Nesse contexto de crise estrutural, em meio ao processo de mundialização com dominância financeira, o Sistema do Capital busca novas vias para recompor o processo de valorização do valor. Assim, nas últimas décadas do século XX, houve um agravamento da reestruturação produtiva, com o avanço da revolução científico-técnica (RICHTA 1972; SANTOS, 1983), determinando uma nova configuração, isto é, o capitalismo de plataforma. Com efeito, a plataforma constitui um fenômeno contemporâneo com raízes na década de 1970, difundindo-se amplamente nos *cibercircuitos* digitais.

A partir da utilização das plataformas na economia mundial, os “usuários” (trabalhadores, gestores e/ou empresas produtoras) produzem, continuamente, informações de toda ordem, a converterem-se em dados digitais, processados de forma mais ou menos automatizada, mediante um conjunto de instruções programadas para fins determinado isto é, por meio da implementação de uma complexa rede de algoritmos. A plataforma tem uma dinâmica desigual e hierárquica, com base nas posições ocupadas pelos países no Sistema do Capital. Tal processo irradia-se, de modo hierarquizado, dos países capitalistas centrais para os países periféricos, sob a dominância dos EUA em disputa com o modelo chinês de plataforma. Isso configura uma espacialização desigual das redes de atuação, vinculada à divisão internacional do trabalho e à atuação das grandes empresas financeiras e do Estado no sistema capitalista mundial. Pode-se falar de uma geopolítica das plataformas.

Defende-se, como tese central, a existência de uma imbricação orgânica entre financeirização e plataforma. O capital portador de juros, ao circular na esfera financeira, articula-se com o ecossistema de plataformas, na busca, de modo cada vez mais intenso e aligeirado, de extração do mais-valor social total, implicando na intensificação da superexploração da força de trabalho, a reduzir o tempo de vida de trabalhadores(as).

Assume-se a conceituação de “plataforma” enquanto “uma arquitetura digital programável” (DIJCK, POELL, WAAL, 2018) de controle, processamento e distribuição de informações que, ao longo

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

do processo histórico, se constitui, cada vez mais, como parte integrante da economia política do capital. A unidade básica de qualquer plataforma é o dado digital, constituído por códigos binários e representado por uma cadeia logicamente organizada de dígitos alfanuméricos (*bits*). Tais dados são produzidos, armazenados e transmitidos mediante dispositivos que possuem *hardware* e *software* integrados, como computadores, *smartphones*, *smart TVs*, *smartwatches*, entre outros. Nos circuitos *ciberdigitais*, as plataformas estão estreitamente articuladas ao avanço da assim chamada “Inteligência Artificial”, a expressar o acúmulo de um conjunto de saberes humanos, aplicados aos processos de tomada de decisão por máquinas computadorizadas, retroalimentados e relativamente autonomizados dos trabalhadores que as operam, tendo como marco processos compreendidos como *Machine Learning*, *Deep Learning* etc.

A plataformização se desenvolve em dois momentos fundamentais. No primeiro, ganham proeminência as profundas reconfigurações nos setores de bens de capital, especificamente, nas indústrias da computação, *microchips* e nanotecnologia. Tal processo envolve, pois, a produção industrial de processadores e memórias digitais miniaturizados, que ampliam exponencialmente a velocidade e o volume de processamento das informações, a reverberar, inicialmente, na reconfiguração dos processos de gestão, armazenamento e análise de dados financeiro-contábeis de algumas empresas estadunidenses e europeias (SANTOS, 1983). Nos anos 1970, encabeçando as mudanças nesses setores industriais, destacam-se empresas estadunidenses — *IBM*, *Intel*, *Apple* e *Microsoft* — que, desde sua fundação, se vinculam aos capitais em circulação nas bolsas de valores para o financiamento da contínua expansão de suas capacidades produtivas.

Em um segundo momento, a partir dos anos 1990, a delinear o atual ciclo da plataformização, a revolução científico-técnica integra-se aos setores de bens de consumo domésticos e de serviços em geral, sobretudo a partir da massificação dos computadores de uso pessoal e dos *smartphones*. Emergem, ainda nos EUA, empresas como Orkut, Facebook, Google, WhatsApp e Instagram, que rapidamente passaram por um intenso processo de fusões e aquisições, concluindo, em pouco menos de duas décadas, a oligopolização desse novo setor econômico. A partir dos anos 2010, tem-se a consolidação da Taiwan Semiconductor Manufacturing Company — TSMC e da Tencent, empresas sino-taiwanesas, que ingressam na disputa intercapitalista pela liderança da produção das últimas gerações de *microchips*. Esta configuração contemporânea expressa a mais recente geopolítica das plataformas, caracterizada pelo conflito tecnológico, econômico, político e ideológico entre EUA e China, pela influência e dominação do ciberespaço digital, em escala mundial.

Desse modo, pode-se constatar que os dados digitais, ao se tornarem conversíveis às formas mercadoria e dinheiro, criam setores econômicos com novas ocupações e formas jurídico-institucionais específicas, orientados, sobretudo, a produção, circulação, armazenamento e consumo

das informações dos usuários das distintas plataformas. Nesse sentido, agentes da grande indústria, dos grandes setores de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como especuladores financeiros transformam os dados digitais em força produtiva, isto é, em um meio para realização dos processos de acumulação de capital. Para Sadowski (2019, p. 1, *tradução nossa*), “[...] embora os dados não sejam o mesmo que lucro, eles compartilham uma lógica semelhante”, dito de outro modo, “[...] o impulso para acumular dados, agora, impulsiona novas formas de fazer negócios e governança”.

A contínua integração dessa arquitetura digital à vida social consubstancia, precisamente, a chamada “plataformização”, ou seja, a “[...] interpenetração das infraestruturas digitais, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas nos diferentes setores econômicos e esferas da vida” (DIJCK, 2021, p. 2804, *tradução nossa*). Tal arquitetura não está homogeneamente espacializada, mas está estreitamente vinculada aos movimentos desiguais e combinados de acumulação do capital.

Delineia-se, então, um verdadeiro “ecossistema de plataforma”, a constituir-se em um conjunto de poderosas empresas estadunidenses que utilizam distintos mecanismos de “datificação”, “comoditização” e “seleção” de informações (DIJCK; POELL; WAAL, 2018), em estreita imbricação com o processo de financeirização, a expressar uma das principais frentes de atuação do capital para lidar com sua crise de reprodução ampliada. Tal “ecossistema” opera de forma hierarquizada e desigual, particularmente, com o estabelecimento de um oligopólio de conglomerados financeiros, compreendidos como “*Big Five*”, ou GAFAM — acrônimo das cinco maiores empresas de plataforma do ecossistema dominado pelos EUA, Google-Alphabet, Apple, Facebook-Meta, Amazon e Microsoft.

A atuação desses capitalistas não paira magicamente sobre a sociedade. De fato, para que as plataformas digitais atuem concretamente, exige-se, cada vez mais, um robusto financiamento estatal, atrelado à constante ampliação de uma complexa rede infraestrutural de telecomunicações, materializada em cabos submarinos de fibra óptica, satélites espaciais de geoposicionamento, centros de armazenamento de dados, pontos de acesso *wireless*, cachês, antenas de transmissão, dentre outros, socialmente produzidos e mantidos, que permite o uso mais ou menos generalizado da *Internet* e de outros sistemas de conexão e compartilhamento de dados digitais. Para Dijck (2021, p. 2805, *tradução nossa*), todos esses elementos concretos “contribuem para uma infraestrutura digital global — uma estrutura da qual muitas empresas e Estados dependem para construir suas plataformas e serviços *on-line*”. Em corroboração a isso, Antunes, Basso e Perocco (2023, p. 42, *grifos dos autores*) afirmam que “[...] o universo virtual pode existir somente e apenas como *vértice da cadeia de produção*, ancorado e estruturado a partir de um imenso complexo de atividades consensadas em sua base, e realizadas por uma imensa atividade de trabalho humano”.

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

Logo, podem ser demarcadas duas chaves analíticas para compreender os processos de plataformação na contemporaneidade capitalista: (I) as plataformas digitais constituem parte fundante da rede infraestrutural de telecomunicações, física e/ou digital, funcionando como força produtiva do capital, em escala mundial, e como força propulsora da circulação de mercadorias; (II) o caráter hierárquico e desigual do ecossistema de plataformas reflete o exercício oligopólico do poder político-econômico das maiores empresas do setor, em sua maioria, sediadas nos EUA, sendo emblemático o caso da GAFAM.

A lógica contemporânea da acumulação tende a expandir o “trabalho morto”, sob o comando do maquinário digital, nos meandros da plataformação, com a consequente redução do “trabalho vivo” (MARX, 2011). Isso se dá mediante a eliminação de postos de trabalho formais, por meio do uso de ferramentas automatizadas. Trata-se de uma dupla determinação: a intensificação da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005), em escala mundial; a ampliação do contingente de trabalhadores intermitentes e precarizados.

As mudanças no padrão de acumulação e reprodução do capital engendraram uma centralização direta e internacional do comando capitalista sobre a classe trabalhadora, simultaneamente à extrema descentralização do processo de trabalho (FONTES, 2017). Com efeito, esses conglomerados empresariais financeiros apresentam-se como “empresas de tecnologias digitais” intermediadoras entre “prestadores de serviço” e “clientes”. Em verdade, ao se assumirem, tão somente, como empresas ligadas ao setor de tecnologia, as empresas de plataforma utilizam artifícios jurídicos para não se responsabilizarem por seus trabalhadores. Tais empresas alegam eliminar a subordinação nas relações de trabalho, afirmando que seus “colaboradores” possuem “autonomia” e “liberdade” para trabalharem quando, onde e como quiserem (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020). Trata-se, na expressão de Dardot e Laval (2016), de uma “subjetivação neoliberal”. Efetivamente, tal alegação configura uma ideologia, ao mascarar a própria natureza dessas corporações, bem como ocultar vínculos trabalhistas e relações de controle e subordinação. Com efeito, os trabalhadores estão plenamente disponíveis ao trabalho e “arcam com os riscos e custos de sua própria produção, sendo utilizados na exata medida das demandas do mercado” (ABILIO, 2020, p. 112) e remunerados, somente, pelo tempo em que estão realizando o trabalho, mesmo que estejam continuamente conectados e disponíveis às demandas das plataformas.

Tal modalidade precária de contratação provoca nos trabalhadores insegurança e imprevisibilidade, relativas ao seu processo de trabalho, à sua subsistência e às suas formas de subjetivação. Decerto, a ausência de contratos formais com jornadas de trabalho definidas não é inédita nas relações de produção capitalistas. Ainda no século XIX, Marx (2011) evidenciava a tendência a uma dissimulação das relações entre capital e trabalho, através do pagamento de salários

por “peças”, quando a remuneração do trabalhador dependia da sua produção, não de uma jornada determinada. Além dos custos e dos riscos, a plataformização transfere parte do gerenciamento do processo de trabalho para os próprios trabalhadores, apesar de subordinados e em constante ameaça de concorrência e desemprego.

Ao contrário de um “empreendedor”, estamos diante da configuração do trabalhador como um “autogerente inteiramente subordinado” (ABILIO, 2019; 2020), que impõe a si próprio metas draconianas, com longas e intensas jornadas de trabalho, a fim de compensar a baixa e restrita remuneração a que estão submetidos. A plataformização do trabalho institui uma nova forma de organização, gestão e controle do labor, que tende a ampliar a precarização para um número crescente de trabalhadores, por meio da negação da condição jurídica de empregado. Conseqüentemente, tem-se o mascaramento de relações salariais — elemento central da estratégia empresarial — a consubstanciar empregos desprotegidos de direitos e submetidos a formas brutais de exploração. Trata-se de uma “[...] estratégia de trabalho sem emprego e de extração direta de valor” (FONTES, 2017), expressa na Uber, modelo de destaque a ser replicado em diversos setores da economia.

As empresas estrangeiras de plataforma buscam eximir-se de custos de reprodução do capital e de custos sociais. Nesse sentido, os custos de reprodução do capital vêm sendo assumidos, cada vez mais, pelos próprios trabalhadores, que asseguram a aquisição e a manutenção dos meios de trabalho, como veículos e seus combustíveis, computadores (para o teletrabalho), máquinas (para produção doméstica), climatização, eletricidade e outros instrumentos. Por sua vez, os custos sociais são assumidos pelo Estado, a incluir despesas com saúde, benefícios assistenciais e investimentos infraestruturais. Ademais, nas relações de trabalho precarizadas, há um desgaste intensivo da força física que reduz ainda mais o tempo de vida do próprio trabalhador. O aviltamento da saúde da classe trabalhadora é parte integrante das dinâmicas de plataformização, a desencadear novos padrões de adoecimentos laborais, no contexto de intensificação dos processos de superexploração da força de trabalho.

Assim, constata-se que o lado socialmente mais perverso da plataformização incide nas relações de trabalho. Além da retirada dos direitos sociais, conquistados historicamente pela classe trabalhadora, há uma intensificação da competição no cotidiano do labor, favorecendo, sobretudo, as empresas de plataformas. Ademais, o uso intensivo dessa arquitetura de plataforma alija os sindicatos de quaisquer mediações e pressões em favor dos trabalhadores. As novas formas de vínculo entre trabalhador e empresa eximem o capital de investir nos meios para a realização do processo de trabalho, implicando na ampliação dos níveis de exploração. O mais-valor extraído dessas relações de trabalho atinge patamares inimagináveis de lucratividade, propiciando deslocamento de parte desses

lucros para a esfera financeira. A plataformização, nos moldes atuais, configura um modo singular de acumulação capitalista ao impor uma nova forma de mediação e de exploração do trabalho.

4 CONTEMPORANEIDADE CAPITALISTA NO BRASIL DO AJUSTE: redefinições do estado integral

Com base na divisão internacional do trabalho entre países centrais e periféricos, nos países da América Latina a acumulação do capital ostenta características próprias, desenvolvendo tendências estruturais peculiares dessas formações econômico-sociais. Configura-se na condição de acumulação dependente, que, dentro da economia internacional, é “[...] profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc.” (AMARAL, 2012, p. 45).

Para Leda Paulani e Marisa Amaral (2021), tem-se, nesta fase de financeirização da economia, um novo ciclo do imperialismo, com crescente dependência externa e perda de soberania nacional. Impõe-se a exigência de ajuste estrutural dos países à dinâmica do capitalismo financeirizado, a coadunar com a sua posição e situação na divisão internacional do trabalho. No caso brasileiro, esse ajuste ocorre de modo tardio e intensivo, a configurar a chamada contemporaneidade brasileira, atinente às quatro últimas décadas (1980–2024). Trata-se de um período histórico caracterizado por dois marcadores sócio-políticos: a democratização e o ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado (CARVALHO, 2022).

De fato, na contemporaneidade brasileira, gesta-se uma nova forma histórica de dependência, sob a égide e comando do capital financeiro, associada ao retrocesso do País à condição de exportador de *commodities*. Assim, o Brasil assume o modelo rentista-neoextrativista, com distintas configurações segundo os ciclos de ajuste, ao longo das décadas de 1990 e 2000 (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018).

A partir de trabalho investigativo, iniciado nos anos 2000, Carvalho e Guerra delinearão ciclos de ajuste, a compreender o período de 1990 até hoje, demarcando oito ciclos de ajuste: ciclo de adesão à agenda do Consenso de Washington e abertura irrestrita da economia (Governo Collor de Mello — 1990 a dezembro de 1992); ciclo de estabilização da economia (Itamar Franco — dezembro de 1992 a 1994 — e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso — 1995 a 2002); ciclo de consolidação das políticas de ajuste e de reconstrução do mercado interno de consumo de massa (primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva — 2003 a 2006 — e primeira metade do seu segundo governo — 2007 a 2008); ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo (segunda metade do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva — 2008 a 2010 — e primeiro governo de

Dilma Rousseff — 2011 a 2014); ciclo de tentativa de intensificação da ortodoxia rentista em um ajuste à direita (segundo governo de Dilma Rousseff — 2015 a 2016 — mandato interrompido pelo *Impeachment*/Golpe); ciclo de aprofundamento do Estado Ajustador e de contrarreformas neoliberais (governo de Michel Temer — maio de 2016 a 2018); ciclo de articulação do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo político-cultural (governo de Jair Bolsonaro — 2019 a 2022), a delinear o chamado bolsonarismo; ciclo de reconstrução democrática e de retomada de Políticas Públicas, em uma Frente Ampla (terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva — 2023, em curso).

Em um contexto de crise do capitalismo mundial, contraditoriamente, o Brasil vivenciou a “bonança petista” do nomeado “modelo brasileiro de crescimento com inclusão” (2003–2012). Tal modelo estabeleceu uma relativa blindagem do Brasil, em face da crise hipotecário-financeira estadunidense, de alcance internacional, eclodida em 2008, mediante a ampliação e o fortalecimento do mercado interno, que, no entanto, não logrou sustentar-se por conta própria, a considerar os próprios marcos do capitalismo dependente. A debacle desse modelo está entre as razões imediatas do deflagrar da crise na contemporaneidade brasileira. Ademais, tem-se como referência inicial dessa crise as Manifestações de 2013, a publicizarem uma insatisfação com o modelo de ajuste petista. Emergiram novos marcos da crise: os combates acirrados nas eleições de 2014, com amplas manifestações da direita; o *Impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, a conformar o Golpe de 2016; a Operação Lava Jato, a culminar com a perseguição e prisão de Lula, em 2018.

Com o Golpe de 2016, os ciclos de ajuste passaram por profundas mudanças. Tem-se reconfigurações do Estado Integral brasileiro, com a dominância das direitas e da extrema direita em uma perspectiva ultraliberal do ajuste fiscal e das políticas de austeridade, com desmonte da democracia e crescente autoritarismo. No cenário sociopolítico pós-Golpe, do período de 2016 a 2022, constituiu-se um contexto de reviravoltas que privilegiam, de modo radical, os interesses do capital e dos segmentos conservadores, em detrimento dos direitos das classes trabalhadoras. Amplas frações da população brasileira são atingidas pelas elevadas taxas de desemprego e precarizações do trabalho e da vida.

Nesse tempo histórico, configuram-se três movimentos orgânicos, imbricados e de dimensões estruturais: a Crise Contemporânea Brasileira; o Golpe de 2016 e sua pesada arquitetura de desmontes; e o Bolsonarismo, fundado na articulação singular das direitas e das forças conservadoras. A esses três movimentos orgânicos agrega-se um movimento conjuntural de longa duração (2020-2022): a pandemia de covid-19, como agravante da crise do País (CARVALHO, 2022).

Em primeiro lugar, impõe-se discutir a Crise Contemporânea Brasileira, em meados da segunda e limiar da terceira década do século XXI. Tal crise materializa expressões peculiares da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011a, 2011b). Trata-se de uma crise do capitalismo, de raiz

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

econômico-política, que, necessariamente, se desdobra em contradições do Estado e do Direito, vinculando-se ao substrato da formação social brasileira dependente e periférica. Segundo Alysso Mascaro (2018), tal crise perpassa três dimensões da contraditória sociabilidade do sistema do capital: “crise da forma mercadoria”, no que tange à acumulação e à valorização do valor; “crise da forma política estatal”, referente aos variados modos de administração política da economia e da luta de classes; “crise da forma jurídica”, em sua conformação com a forma política-estatal e com expressões nos aparatos e aparelhos de legalização, perseguição e julgamento.

Esse momento-limite chega ao Brasil na segunda década do século XXI. A articulação da “crise da forma mercadoria” com a “crise da forma política estatal” produz, assim, um esgotamento da versão petista do modelo de ajuste. Nessa conjuntura, ganha relevo a Operação Lava Jato, com graves consequências econômicas e políticas. Na sua cruzada contra a corrupção, o ‘lavajatismo’ destruiu empresas, sobretudo, no setor da construção civil, a interferir no desmonte de postos de trabalho. Tal Operação, ao incidir o seu foco nas esquerdas, contribuiu para gestar o antipetismo como fenômeno sociopolítico, com repercussões na configuração do Estado Integral.

Elemento central da crise da forma mercadoria, o modelo rentista-neoextrativista passa por redefinições, em coadunância com o contexto geopolítico mundial. Entre 2013 e 2014, o ajuste brasileiro confrontou-se com um cenário internacional desfavorável. Ocorre uma queda nos preços das *commodities*, a atingir o grande capital, com repercussões nos pilares do modelo de ajuste. Para manter seus níveis de lucro e de acumulação, setores do capital nacional e estrangeiro rompem o chamado “pacto de classes” com o governo de Rousseff, a configurar a crise da forma política estatal.

Manifesta-se, então, a Crise Contemporânea Brasileira, a constituir o chão histórico do Golpe de 2016, urdido pelas elites do capital, em conluio com o Legislativo, o Judiciário e a Grande Mídia. Nesta conjuntura-limite, expressa-se a resistência de instituições democráticas e de segmentos da sociedade civil, a protestarem em manifestações de rua, fazendo ouvir um coletivo de vozes de indignação na cena pública do País. No entanto, as forças de resistência não conseguem desmontar, ou, mesmo, tensionar, a pesada arquitetura do Golpe, então em curso.

O Golpe de 2016 instaura o governo de Michel Temer (2016–2018), com novo ciclo de ajuste, de caráter ultraliberal. A arquitetura de “sucessivos golpes dentro do Golpe” consubstancia-se nas contrarreformas neoliberais, a desestruturarem o aparato jurídico-institucional garantidor de direitos e conquistas democráticas.

Na gestão Temer, vale destacar duas investidas-chave a atingir a configuração estatal democrática. A primeira é a contrarreforma da Legislação Trabalhista, Lei n.º 13.467/2017, a desmontar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), respaldando novas formas de superexploração da força de trabalho, consubstanciadas no trabalho intermitente e flexível, com pouca ou nenhuma garantia de

direitos trabalhistas. É nesse contexto que se afirma e amplia-se o trabalho via plataformização, com destaque para o “modelo Uber” de gestão do trabalho, em distintos setores econômicos, com suas versões cada vez mais precárias. A segunda investida-chave consiste na introdução, na Constituição Federal de 1988 (CF/88), de mudanças de amplo espectro, no sentido de garantir um ajuste fiscal radicalizado, constitucionalizando uma lógica de financismo. É emblemática a Emenda Constitucional n.º 95, do Teto dos Gastos Públicos, aprovada em dezembro de 2016, com gravíssimas consequências no fundo público, especificamente, no contingenciamento do financiamento de políticas públicas essenciais.

Efetiva-se, igualmente, uma regressão da cultura política democrática, a desmontar políticas identitárias, fundadas na dialética igualdade/diferença. É o caso das políticas de afirmação dos direitos das mulheres, dos povos originários, de defesa e reconhecimento da igualdade racial e dos direitos da população LGBTQIAPN+. Tal tempo histórico é marcado pelo avanço e organização das direitas e, particularmente, da extrema direita, como expressão de um fenômeno em escala mundial. A partir das Jornadas de 2013 e com o fortalecimento nos embates *pró-impeachment* de Dilma Rousseff, a “direita ganha as ruas e as redes sociais” (CARVALHO, 2022), aumentando seu poder político, a partir da sua inserção no aparelho estatal.

Como culminância do Golpe de 2016, a extrema direita venceu as eleições presidenciais de 2018, fazendo emergir o Bolsonarismo enquanto fenômeno sociopolítico. O Bolsonarismo, para além do então presidente Jair Bolsonaro (2019–2022), trouxe à baila marcas históricas da formação social brasileira e da nossa própria cultura política. A peculiar composição das direitas, nesta contemporaneidade brasileira, delineia um plano estratégico de construção e difusão de ideologias, a expressar sua pluralidade na composição do Bolsonarismo, que, então, dominou o aparelho estatal até 2022 — articulação de diferentes matrizes políticas e doutrinárias que, nesse governo, atuaram como forças dominantes a perpassarem a sociedade política e a sociedade civil, a saber: ultra neoliberalismo dependente; militarismo autoritário; reacionarismo político-cultural, fincado no fundamentalismo religioso; necropolítica aplicada à Segurança Pública.

Nesse momento-limite, é fundamental uma outra demarcação que afetou o mundo inteiro, com expressões peculiares no Brasil, isto é, a pandemia de covid-19, a permear o governo Bolsonaro, assumindo uma postura genocida, como política de Estado. Em 2021, tal postura materializa-se em diferentes situações, conforme publicizadas na CPI da Pandemia: atraso na compra de vacinas e negação pública de sua eficácia; negligência no fornecimento de insumos básicos, indispensáveis ao tratamento da covid-19, levando ao caos sanitário; confronto do governo Bolsonaro com os governos estaduais. A imbricação desse governo com a pandemia de coronavírus configura uma “dupla pandemia de alto risco”, a acarretar tragédias evitáveis no País: as mortes de 700 mil brasileiros por

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

covid-19; o agravamento da questão social, a corroer as condições de trabalho e de vida de amplos segmentos populacionais.

Ademais, em meio à dupla pandemia brasileira, registrou-se que, das quase 100 milhões de pessoas que estavam aptas a trabalhar, 14% permaneciam em situação de desemprego aberto, uma das maiores taxas registradas na última década (2012–2022). Tal contingente praticamente dobra, atingindo, aproximadamente, 30% da força de trabalho, quando se soma a quantidade de trabalhadores subocupados e desalentados. O fato é que apenas 40% dos trabalhadores brasileiros em 2021 encontravam-se em situação de emprego formal, ou seja, a realidade social brasileira demonstra que a maioria da força de trabalho estava em condição de precarização e informalidade. No ano seguinte, em 2022, o Brasil registrou 1,5 milhões de pessoas que trabalhavam por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, o equivalente a 1,7% da população ocupada no setor privado. Desse total, 52,2%, ou 778 mil, exerciam o trabalho principal por meio de aplicativos de transporte de passageiros, em, ao menos, um dos dois tipos listados, de táxi ou não (IBGE, 2023).

No governo de Bolsonaro, verifica-se a radicalização das políticas ultraliberais, em meio a um acirramento das entrecruzadas crises. Tem-se um recrudescimento da pobreza, cuja face emblemática é a fome, a atingir, à época, mais de 30% da população brasileira. Além disso, esse governo caracterizou-se pela escalada autoritária, com desmonte e/ou esvaziamento de espaços institucionais de debate, participação e controle social. Tal governo delineia medidas institucionais ultraliberais, de graves consequências para a configuração estatal, a exemplo da Lei Complementar n.º 179/2021, que dispõe sobre a autonomia do Banco Central e da Lei Complementar n.º 14.026/2020, relativa ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico. A gestão bolsonarista vale-se, assim, do “infra legalismo autoritário”, método que privilegia “a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático” (VIEIRA; GLEZER; BARBOSA, 2022, p. 592).

De fato, no período de 2016 a 2022, a democracia brasileira é violentamente atingida, afrontada com permanentes ameaças de golpes de Estado, mediante um conjunto de estratégias bolsonaristas. As ofensivas explícitas à democracia brasileira gestam uma reação de diferentes sujeitos na cena política, articulando setores progressistas e de esquerda e, mesmo, segmentos de centro-direita, comprometidos com a afirmação da democracia. Tem-se, assim, um contexto de radicalização da luta de classes, expressa, com veemência, nas eleições de 2022, a partir de dois projetos de Brasil em confronto: o Bolsonarismo e suas configurações neofascistas; o projeto de uma Frente Ampla democrática, articulado em torno da figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Tais projetos são antagônicos em relação à democracia e ao relacionamento institucional entre os Poderes da República e a própria sociedade civil. Uma diferenciação fundante situa-se no âmbito da política econômica, a tomar como

base o mercado interno. Os dois projetos não tocam no núcleo da acumulação capitalista e não tensionam, no seu âmago, o grande capital, nacional e estrangeiro.

Em meio à acirrada disputa, o projeto fundado na democracia, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, venceu as eleições, em outubro de 2022, com uma pequena margem de diferença. Deflagra-se, assim, um outro ciclo de ajuste, na perspectiva da reconstrução democrática e da retomada de Políticas Públicas. No contexto de uma sociedade dividida, o bolsonarismo continua a constituir-se como força política, sem aceitar a vitória eleitoral de Lula, arquitetando um plano estratégico para deflagrar um golpe de Estado, envolvendo múltiplas ações, desde o bloqueio das estradas, até os acampamentos em frente aos quartéis, em todo o País. A cerimônia de posse singularizou-se pelo amplo apoio popular, inovando ritos oficiais, a trazer para a cena pública diferentes segmentos da sociedade civil. Uma semana após, precisamente, no dia 08 de janeiro de 2023, o bolsonarismo invadiu e depredou prédios e monumentos do Palácio da Alvorada, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. A democracia brasileira mostra, então, o seu potencial de resistência, desmontando o golpe bolsonarista.

O terceiro governo Lula, deflagrado em 2023, consubstancia as contradições de uma Frente Ampla, com divergências no interior das próprias esquerdas. Este governo vem desenvolvendo um processo de reconstrução de Políticas Públicas, em meio às nuances neoliberais da política econômica, então em voga. Nesse sentido, merece especial destaque o “Novo Arcabouço Fiscal”, Lei Complementar n.º 93/2023, construído com a liderança de Fernando Haddad, Ministro da Economia. Tal arcabouço fiscal, embora com diferenças ao Teto de Gastos, dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, mantém a perspectiva do ajuste fiscal, com pesadas repercussões no fundo público da União, atingindo, sobremaneira, as áreas de Educação e Saúde.

O presidente Lula da Silva, no primeiro ano do seu terceiro governo, investe na recomposição do Brasil na cena geopolítica, conseguindo avanços, em termos de reconhecimento da posição estratégica do País. A dinâmica governamental busca enfrentar dilemas na questão ambiental e na defesa dos povos originários, na retomada da cultura e das políticas identitárias. No entanto, o ajuste fiscal paira como um limitante estrutural. O Governo, também, tem enfrentado sérios dilemas com o Poder Legislativo, considerando a dominância das direitas e das forças conservadoras no Congresso Nacional.

Cabe, também, ressaltar os desafios postos para o terceiro governo de Lula, no âmbito das versões brasileiras da plataformização, a acirrar processos de superexploração do trabalho e da própria subjetivação neoliberal. É emblemático o Projeto de Lei Complementar n.º 22/2024, referente à forma de regulação das relações de trabalho, no contexto da uberização. É este um dilema da contemporaneidade brasileira, a exigir posicionamentos de ruptura, que o governo Lula, nas suas

contradições, não vem conseguindo efetivar. Em verdade, a financeirização dependente do ajuste brasileiro imbricada com a plataformização são marcos do tempo histórico da Crise Contemporânea Brasileira, decorrente da crise estrutural do capital, a permear as primeiras décadas do século XXI.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo demarca fenômenos e analisa processos da contemporaneidade capitalista, em escala mundial. Envereda por aportes analíticos sobre o Brasil do Ajuste, em seus diferentes ciclos (1990–2024), buscando configurar as especificidades dessa contemporaneidade capitalista, nas primeiras décadas do século XXI. A financeirização dependente, nos marcos do modelo de ajuste rentista-neoextrativista, singulariza a vida brasileira, nas últimas quatro décadas, com versões peculiares, em coerência com as determinações do Sistema do Capital e conjunturas sociopolíticas específicas. A plataformização afirma-se nos circuitos do ajuste brasileiro, nas primeiras décadas dos anos 2000, intensificando-se no contexto da pandemia de covid-19, a agravar a precarização do mundo do trabalho, legalizada nas contrarreformas pós-Golpe de 2016.

O objetivo dessa produção foi adentrar nas configurações do capitalismo em tempos contemporâneos, articulando um sistema de pressupostos, que guiam processos de investigação, ora em curso. Delineia-se, como questão permanente de estudo, neste contexto da contemporaneidade do capitalismo, aprofundar os nexos orgânicos entre financeirização, plataformização e as transformações no mundo do trabalho. De fato, sublinha-se, como vínculo entre tais dimensões, o esgotamento do padrão fordista de acumulação do capital produtivo e a afirmação da acumulação com dominância financeira, exigindo reconfigurações do Estado e da relação salarial.

Nessa perspectiva, em termos de Brasil, um elemento central, em tais articulações, é o “Novo Arcabouço Fiscal”, LC n.º 93/2023, aliado à Contrarreforma Trabalhista, Lei n.º 13.467/2017, em curso. Um dos dilemas do terceiro governo Lula, em 2023 e 2024, é regular as novas relações de trabalho, decorrentes da plataformização. Nesse sentido, é emblemático o PLC n.º 22/2024, que pretende regular o trabalho de motoristas de passageiros por aplicativo. É fundamental acompanhar as mudanças neste governo Lula, que deflagram um novo ciclo de ajuste.

Em verdade, a inquietação investigativa de autoras e autores é responder às provocações da relação fundante Teoria/História nas escalas mundial, latino-americana e brasileira. É essa uma tarefa eminentemente coletiva, envolvendo redes de pesquisadores e pesquisadoras. Aqui, como grupo de investigação, apresenta-se uma contribuição nesta tarefa histórica, consciente de lacunas a serem preenchidas na construção do conhecimento crítico, absolutamente imprescindível para enfrentar as ofensivas do capital.

REFERÊNCIAS

ABILIO, L. C. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time. *In: ANTUNES, R (org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ABILIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, vol.18 no.3. Valparaíso, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf> Acesso em: 11 de jan. 2023

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP) - Programa de Pós-Graduação em Economia, 2012.

AMARAL, M. S.; PAULANI, L. O vislumbre de uma nova fase do imperialismo diante da financeirização do capitalismo contemporâneo. 2013, **Anais..** São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP, 2013. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2487>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ANTUNES, R. BASSO, P. PEROCCO, F. O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico. *In: ANTUNES, R.; ARIAS, A. et al. (orgs.). Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

BARRETO, M. M. S.; HELOANI, J. R. M. Da violência moral no trabalho à rota das doenças e morte por suicídio. *In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (orgs.) Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI.* São Paulo: LTr, 2011.

CARVALHO, A. M. P. **O “Brasil Real” em questão: um resgate do olhar crítico dos cientistas sociais.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1999.

CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990- 2017). *In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (orgs.). Tramas para justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias.* Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CARVALHO, A. M. P.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Modelo de ajuste nos governos petistas em meio à ideologia da conciliação de classes: chão histórico do golpe de 2016 no Brasil contemporâneo. **Em Pauta (RIO DE JANEIRO)**, v. 44, p. 274-291, 2019.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. Inserção dependente e subordinada da América Latina no cenário mundial: teorizações em busca da análise da posição e do lugar dos países periféricos latino-americanos nos processos de acumulação capitalista. **Diplomado CLACSO**, 4º Módulo, Pensamento Social e Político na América Latina, Fortaleza, ago. 2021.

CARVALHO, A. M. P. **A política de Assistência Social na contemporaneidade brasileira: agravamento da questão social, desproteção social, desmonte do SUAS e resistências no Brasil do Presente, 2016-2022.** Conferência de Abertura do Módulo sobre a Política de Assistência Social. Curso de Aperfeiçoamento do CREAS, Ceará, 2022.

CHESSAIS, F. **A mundialização do capital.** 1. Ed. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

**SISTEMA DO CAPITAL EM FACE DA FINANCEIRIZAÇÃO, PLATAFORMIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:
expressões na vida brasileira**

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35–68.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne *et al.* **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 95–182.

CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. 1. Ed. Boston: E. J. Brill, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIJCK, J.; POELL, T.; WAAL, M. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, 2018.

DIJCK, J. *Seeing the forest for the trees: Visualizing platformization and its governance*. **New Media & Society**, v. 23(9), 2802-2819, 2021.

SANTOS, T. **Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo**. 1. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FILGUEIRAS, L. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**. Salvador, v. 31, n. 84, p. 519-534, Set./Dez. 2018.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**. v.5, n.8, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220> Acesso em: 15 nov. 2021.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022**. IBGE: Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102035> >. Acesso em: 27 out. 2023.

LAPAVITSAS, C. **Profiting without producing: how finance exploits us all**. 1. Ed. Brooklyn, NY: Verso, 2013.

MASCARO, A. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

MARX, K. **O Capital**. [Livro I]. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

PAULANI, L. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 10, abr./jun. 2012.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Caderno 1**, Brasília - DF: Brasil, MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, 1-12, jan./jun. 2019.

SILVA, J. J. G. **A politização do judiciário nas tessituras do Golpe de 2016**: do mensalão petista à prisão de Lula. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará - Centro de Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.

RICHTA, R. **Economia socialista e revolução tecnológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

VIEIRA, O. V.; GLEZER, R.; BARBOSA, A. L. P. Supremacia e infralegalismo autoritário: o comportamento do Supremo Federal durante o governo Bolsonaro. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 41, nº 03, p. 591-605, set./dez. 2022.